

Pensar e agir:

Narrativa e história na filosofia de Hannah Arendt

Edson Luis de Almeida Teles¹

Universidade de São Paulo

RESUMO: Nosso propósito foi o de demonstrar a dimensão política do caráter narrativo da ação na filosofia de Hannah Arendt. Quando pensamento e realidade encontram-se dissociados, o ato de narrar histórias é o modo mais apropriado de conferirmos significados aos novos eventos de nossa vivência, bem como de retomar os sentidos que as ações passadas produziram. A narrativa e o testemunho dos que compartilharam e refletiram o mundo foi a escolha de Arendt para compreender as transformações do contemporâneo.

Palavras-chave: ação política – narrativa – memória – história.

Thinking and acting: narrative and history in the philosophy of Hannah Arendt

ABSTRACT: Our purpose was to demonstrate the political dimension of the narrative feature of the action in the philosophy of Hannah Arendt. When thought and reality are dissociated, the act of narrating stories becomes the most proper way to convey meanings to the new events of our existence as well as to take back the meanings that previous actions had produced. The narrative and testimony of those who shared and reflected the world was Arendt's choice so as to comprehend the transformations of the contemporary.

Key-words: political action – narrative – memory – history.

História, pensamento e ação. Creio que para Hannah Arendt poderíamos propor a tríade memória, pensamento e ação. Sua problematização seria: não se trata do *que* podemos falar do passado, mas de *quem* pode evocar o acontecido. Se a história é o resultado comum de uma abordagem objetiva dos eventos ocorridos, a memória somente é possível por meio da elaboração subjetiva e sua expressão política, ou seja, na ação, se realiza através da narrativa. Para Arendt, o mundo contemporâneo vive uma profunda crise iniciada com o esfacelamento da tradição. O fenômeno totalitário constituiu o estado máximo de deformação da condição humana e o terror de tais regimes procurou destruir as individualidades, incapacitando-as para agir de modo livre e espontâneo no espaço público. O interesse da filosofia de Hannah Arendt é o mundo humano, o artifício que homens e mulheres constroem com o objetivo de reconciliarem suas existências no espaço comum, no qual se comunicam e interagem. Na impossibilidade de viver a política, ou seja, diante da ausência do

diálogo e da convivência com seus pares, cenário da Alemanha nos anos 30, Arendt refletiu sobre a dissociação entre o que a tradição do pensamento ocidental elaborava e a realidade radical da experiência por ela vivida. As formas da narrativa, de sua experiência e do testemunho dos que compartilharam e refletiram o mesmo mundo, foi sua escolha para compreender as transformações do contemporâneo.

Democracia e memória

Tal qual sucedeu com Hannah Arendt, são os acontecimentos de difícil compreensão que também nos levam a pensar as relações entre o passado, o pensamento e a ação. A catástrofe coletiva imposta por regimes de índole autoritária, sejam eles de caráter racista, tal como o *apartheid* na África do Sul, sejam de caráter diretamente político, tais como as ditaduras militares na América Latina, implica esforços diários de resistência e reelaboração mnêmica com o objetivo de fornecer significados para a vida em sociedade. Tanto os regimes totalitários quanto os autoritários do século XX colocaram em relevo um elemento marcante do moderno: o esfacelamento da memória. Para certa filosofia política clássica, nascida de uma sociedade que descartou a tradição e o passado em favor de um objetivo futuro, a memória não influi no processo de legitimação do poder político. Se a tradição e os eventos passados deixam de ser critérios de estabilidade social, ascende em importância o modelo do contrato social, fruto do consentimento da maioria, via vontade geral. A faculdade volitiva não possui sólida herança social e sua formulação visa a um *telos* a ser realizado mediante a regulamentação das instituições políticas. A desvalorização da memória na época moderna não se deve a mero esquecimento, mas à elevação de certos conceitos a princípios de ação para o poder político, tais como a soberania e a eficiência do governante.

Acentuando o velamento da memória, o contemporâneo também apresenta situações de institucionalização do esquecimento. É o caso do rompimento com os regimes autoritários que se efetuou por meio de transições de uma visão da política como enfrentamento e violência para um modelo do consenso, acordado em negociações entre os representantes políticos. O rito institucional do consenso pretendeu forçar uma unanimidade de vozes e condutas em torno da racionalização da política, difundindo significações homogêneas dos anos de repressão. Sua contrapartida foi ocultar os modos divergentes com que as subjetividades sociais rompem com o modelo racional, obscurecendo as interpretações da memória que mantêm um incessante embate entre dominação e resistência dentro da normalização democrática. A oposição entre a razão política pacificadora e as memórias doloridas obstrui a expressão pública da dor e reduz a memória às emoções, acabando por construir um novo espaço social justamente sobre a negação do passado. Nossa proposição é que diante da degeneração do diálogo e da convivência pública democrática, a publicidade dos traumas e ressentimentos, por meio das narrativas dos eventos passados, poderia contribuir para o aprimoramento dos elos sociais. Governos que violaram os direitos humanos fizeram da manipulação de informações um eficiente

meio de submissão social; o uso da memória, narrada livremente, tornar-se-ia, pois, inoportuno instrumento de resistência e de condenação dos regimes.

Os crimes contra a humanidade - as prisões, a tortura, o desaparecimento de opositores - foram técnicas empregadas na tentativa de calar o passado. Por sua vez, as transições e os sistemas democráticos de organização política que sucederam os regimes autoritários, na maioria dos casos de forma gradual, contribuíram com o velamento da memória política. Porém, não com a eliminação, mas condenando a memória ao exílio da esfera pública, restrita às lembranças das testemunhas e dos familiares das vítimas em suas relações privadas. Por meio de uma sociedade sem intimidade com os eventos do passado, a herança de tais regimes impõe aos seus cidadãos celebrarem o esquecimento e se contentarem com a consumação do instantâneo, do que se vive a cada momento, sem acesso às idéias formadoras da cultura. Nas democracias pós-autoritarismos, a memória é ameaçada pela eliminação das informações, mas também por sua perda de valor. Com uma ação menos brutal, porém com maior eficiência, cada cidadão torna-se o agente consentido da política do esquecimento. Com o esfriamento das relações democráticas, o deslocamento de problemas públicos para a esfera dos assuntos privados pressupõe a imposição do esquecimento de conflitos e cisões geradores dos ressentimentos de um passado autoritário. Juntamente com o esquecido, que objetiva a estabilização da sociedade, o investimento na política sofre considerável redução².

Para Hannah Arendt, recuperar a noção do que seja o político frente ao forçoso esquecimento é o mesmo que “chamar à existência o que antes não existia”³; garantir um espaço e um diálogo livre entre os homens de forma que eles possam exercer a ação como algo novo e imprevisível. Seja pelo esquecimento de parte importante da história constituinte do indivíduo, seja pela lembrança excessiva de momentos dolorosos, o mau trato do passado atinge o sujeito em sua liberdade de agir. Agindo sobre esta memória patológica nas democracias nascentes, a narrativa possibilita libertar o indivíduo do fardo de um passado que pesa sobre a construção de seu futuro, tornando-se importante em situações nas quais o peso da lembrança de uma injustiça for maior do que o luto da perda.

Não se trata de imaginar a memória dos anos de repressão em um período histórico homogêneo e progressivo, em direção a um único resultado possível, devolvendo o mítico sentido perdido. Trata-se de pensar nos resíduos das rupturas, ainda entrelaçadas em fios de memórias críticas, que escapam a qualquer classificação ideológica. A lição que se pode tirar dos anos autoritários das transições para as democracias é que a rearticulação da memória não se restringe às lembranças objetivas sobre o que ocorreu. Podemos pensar a estrutura da memória democrática em torno de duas questões: a respeito *do que* é a lembrança? e *de quem* é a recordação? Quando se coloca a primeira questão, ou seja, sobre o *que* se realiza o movimento de memória, está se levando em conta o coletivo e considera-se o lembrado como próprio de qualquer pessoa pertencente a um grupo social. Porém, se atribuirmos a memória às pessoas do singular, a analogia será com o sujeito da ação e neste caso a questão é saber *de quem*⁴. O passado é relembrado tanto na continuidade dos processos racionais das

instituições políticas, quanto na descontinuidade e nos cortes da subjetividade de uma democracia. A dramatização da memória tem sido colocada na estrutura política dos direitos humanos pelas leis e instituições, mas negligenciada em seus fragmentos, suas falhas, seus interditos e restos, pertencentes à esfera das paixões e, portanto, eliminada do espaço público.

Narrativa e história

No mundo moderno os processos sociais são fabricados pelos homens, automatizando-os de tal forma que não percebem o significado comum e singular no próprio evento. Para Hannah Arendt: “a época moderna, com sua crescente alienação do mundo, conduziu a uma situação em que o homem, onde quer que vá, encontra apenas a si mesmo”⁵. A perda de valores compartilhados leva os homens a viverem isoladamente ou comprimidos em uma massa uniforme, na qual eles se relacionam de forma automatizada. Situação que colocou o sujeito diante da dificuldade de se mover com segurança entre os outros, tamanho o descrédito de tudo “o que não é visível, tangível, palpável”⁶. A perda da tradição implicou em prejuízo para o cotidiano social. Uma outra face da perda da tradição é constituída pela possibilidade de reflexão sobre os acontecimentos sem o auxílio de juízos pré-concebidos.

Ao agir politicamente, o homem faz com que o pensamento se debruce sobre a realidade, procurando reconstituir, pela imaginação, a gama de opiniões e acontecimentos observados enquanto atuava como espectador das ações dos outros. O que lhe credencia a ser um narrador caracterizado pela figura do espectador e do ator que, ao narrar, também age entre os outros, significando os acontecimentos dos quais foi testemunha. A reflexão a que almeja o narrador, proposto por Hannah Arendt, consiste em um duplo movimento: por um lado, recuperam-se os acontecimentos e os fatos históricos em suas particularidades e de acordo com sua importância para o presente; e, por outro, a partir dos significados recuperados do passado, elaboram-se os conceitos e valores políticos que utilizamos no manejo dos eventos cotidianos.

Uma referência a Walter Benjamin, idéia de história anti-linear, ajuda-nos adentrar no pensamento de Arendt. Com base na descontinuidade, ruptura e catástrofe são partes de uma história que não se desloca em uma sucessão de fatos, dialética ou não. Enquanto um *continuum*, a história será sempre, por um lado, a história dos vencedores, e por outro, a humilhação dos vencidos, pois “nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie”⁷. A ação do historiador de Benjamin diante das ruínas é a revolucionária, pois rompe com o *continuum* dos passados oficiais e a ordem imposta pelos vencedores, despertando os mortos e seus fragmentos esquecidos.

Seguindo no combate à concepção de história da burguesia (e da social-democracia), Walter Benjamin critica a visão do processo como um tempo vazio e homogêneo, que tem como *deus ex machina* o progresso, força capaz de impulsionar a humanidade, de maneira inexorável, seja através do desenvolvimento dos modos de produção -- levando as contradições a evoluírem no momento

revolucionário --, seja pela linearidade racionalista e evolucionista da historiografia burguesa. Ao invés do tempo homogêneo, Benjamin vê a história como a construção de um tempo impregnado de *agoras*, pelo qual o passado é revisto.

Com desenvolvimento semelhante ao de Walter Benjamin, ao elaborar sua crítica à filosofia moderna, Hannah Arendt apontou, na conexão entre história e ideologia, o aniquilamento do novo e o falseamento da realidade, ao vincular o conhecimento do passado ao conceito de processo. A ação dos homens deixa de ser algo que *é* para se tornar o desdobramento de um processo que segue o curso dos eventos, tal como o delimita a lógica de uma idéia. O olhar ideológico obstrui os elementos constituintes da narrativa, a memória dos feitos e sentimentos marcantes da vida humana. Um olhar inequívoco e universal dissociado do real é a grave implicação introduzida pela visão da história como processo, porque elimina o espaço dos eventos singulares e inovadores.

A forma definitiva de funcionamento do raciocínio lógico, bem como o caráter não-contraditório de sua lógica, engessa o pensamento histórico, aparando as arestas e os eventos singulares. Assim, tal como em um processo produtivo, adota-se a idéia como premissa, de maneira axiomática, e se deduz os movimentos subsequentes. O problema central da adoção de uma ideologia, na explicação dos assuntos da história, está na perda da capacidade de pensamento. Nas palavras de Arendt:

"O perigo de trocar a necessária insegurança do pensamento filosófico pela explicação total da ideologia e por sua *Weltanschauung* não é tanto o risco de ser iludido por alguma suposição geralmente vulgar e sempre destituída de crítica quanto o de trocar a liberdade inerente da capacidade humana de pensar pela camisa-de-força da lógica, que pode subjugar o homem quase tão violentamente quanto uma força externa"⁸.

Para Arendt, o historiador que se prende a uma corrente de causas estará eliminando as narrativas próprias de determinado evento e engessando-o em "generalizações e categorizações", seja em favor de uma cadeia causal ideológica, ou da idéia moderna do progresso (da ciência, das instituições e da liberdade). Em sua crítica à concepção da história como progresso, Arendt argumenta que este é um conceito que "resulta da natureza da própria imagem em que a história é usualmente concebida — como processo, fluxo ou desenvolvimento —, que todas as coisas por ela compreendidas podem se transformar em quaisquer outras, que as distinções se tornam sem sentido por ficarem obsoletas e como que submersas no fluxo histórico"⁹.

Para cada homem, o ato de pensar os tempos ausentes da temporalidade tradicional, passado e futuro, se encontra no momento presente, o que confere a importância arendtiana aos eventos do passado na compreensão do que está sendo vivido. Na temporalidade do pensamento, o passado não está morto e o futuro abre-se de maneira indeterminada e inovadora. Trata-se de buscar o sentido

particular de cada evento, tomando-os como fragmentos singulares, sob a luz dos acontecimentos do presente e rearticulando-os com o fito de dar início a um novo começo¹⁰.

O historiador-narrador arendtiano, o *storyteller*, procura o sentido particular de cada ação humana em sua fragmentação para, da perspectiva do presente, dar o "salto do tigre em direção ao passado", visando uma história "de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas um tempo saturado de *agoras*"¹¹. Em uma sociedade rompida com seu passado, sem o fio condutor de uma tradição, a narrativa lê nos fragmentos dos eventos passados uma sabedoria prática (*phronesis*). O narrador, ao fazer da narrativa um realocar do pensamento junto à experiência, inicia a reconciliação entre a ação humana e a realidade, o significado e a aparência, a filosofia e a política.

A história enclausurada em uma mesma linha progressiva somente seria possível se houvesse relações nas quais os homens agissem de modo comportamental, sem a marca de suas singularidades. Para Arendt, "os eventos na história revelam, cada um, uma paisagem inusitada de feitos, sofrimentos e novas possibilidades humanas, que, juntos, transcendem a soma total de todas as intenções voluntárias e a significância de todas as origens"¹². Nas transições políticas dos casos do Brasil e da África do Sul, duas idéias de trato dos traumas do passado se opuseram. No Brasil, a lei de anistia e o modelo de consenso implicaram o silêncio referente aos crimes da ditadura. Mesmo passados vinte anos da volta à democracia os arquivos das forças armadas não foram abertos, nenhum crime ou criminoso foi julgado e as leis de reparação exigem que as vítimas provem sua condição, eximindo o Estado de qualquer responsabilidade. O achatamento da memória a placas de ruas e nomes de praças empobrece sua elaboração, privando-nos de suas riquezas. Já na África do Sul, a reconciliação nacional, objetivo da nova democracia, levou à formação da *Comissão de Verdade e Reconciliação* na qual a publicidade dos testemunhos, tanto das vítimas e de seus familiares quanto dos torturadores, procura realizar na sociedade sul-africana uma "terapia da memória"¹³.

Enquanto a memória é transformada em narração, o mundo conserva sua continuidade, permitindo a abstração de um futuro visto como um presente em comum. Ao pôr em prática a narrativa de suas experiências, o homem realiza o encontro "na trilha do não-tempo"¹⁴, na brecha entre o passado e o futuro, unindo a atividade de pensar com a realidade vivida, pois a reflexão dos homens é justamente o preenchimento da lacuna entre os tempos ausentes. Todo fim de uma história é, de fato, um novo começo, uma promessa para o futuro. Antes de tornar-se evento histórico, o começo é a capacidade humana de criar o novo, o que na política podemos traduzir como a liberdade dos homens.

As memórias das violações dos direitos humanos formatada em livros, arquivos e placas comemorativas, modelo vivido no Brasil, depositam os elementos do recordar em seqüências lineares desprovidas dos recursos de que dispõem os relatos e narrativas, a saber, os de recombinares finais e começos, alterarem pausas, voltarem atrás, sem qualquer subordinação a ordens pré-determinadas. Os entrecruzamentos da narrativa capacitam a lembrança como o colher e o criar de reflexões críticas alternativas à continuidade programada das instituições. Transições para as novas democracias, como

a brasileira, têm apresentado a questão por uma dualidade: de um lado, coloca-se a importância de recordar, através das ações positivas institucionais; de outro, articula-se o esquecer como sepultura das dores do passado. No entanto, os mecanismos da memória vão além da tensão entre o velar (expulsar) e o revelar (assimilar) do passado, articulando-se em subjetividades da memória capazes de entrelaçar passado e presente em fragmentos históricos construtivos¹⁵.

O fazer produtivo das narrativas tem, para as democracias nascentes, o papel de regeneração de feridas profundas e não cicatrizadas no interior da sociedade. Talvez seja cedo ainda para refletir sobre os efeitos da Comissão sul-africana, mas seu exemplo tem proporcionado, juntamente com outros casos, amplo debate sobre as reconciliações nacionais¹⁶. Permitindo-nos uma analogia, ainda que restrita, podemos dizer que tal como nos testemunhos públicos da África do Sul, no teatro trágico da Grécia antiga, os espectadores, capacitados como os atores para a recordação e para a narrativa, realizavam a catarse. Ao assistir à narrativa do sofrimento de outros, o espectador se identifica com o encenado e passa a realizar em seu interior a eliminação dos sentimentos perturbadores de sua condição humana. E a narrativa da tragédia equivale à narrativa histórica, ao purgar as feridas do passado e constituir-se na *doxa* do debate político.

Este breve percurso no pensamento de Hannah Arendt, pelo campo das novas democracias herdeiras de regimes autoritários, nos permitiu apontar alguns elementos para uma reflexão sobre as relações entre narrativa e história e entre memória e política. Ainda no caminho desta reflexão, aproveitamos o momento presente para dizer que o Brasil tarda em abrir os arquivos da ditadura, ação fundamental para se realizar um salto qualitativo nas relações democráticas.

1 Doutorando junto ao Departamento de Filosofia da Universidade de São Paulo (USP), com apoio da Fapesp. Email: edsonteles@ig.com.br

2 Rancière, Jacques. *O desentendimento — política e filosofia*. Trad. Ângela Leite Lopes. São Paulo: 34, 1996, pp. 102 e 112.

3 Arendt, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. Trad. Mauro W. Barbosa de Almeida. São Paulo: Perspectiva, 1997, p. 198.

4 Cf. Ricoeur, Paul. *La mémoire, l'histoire, l'oubli*. Paris: Seuil, 2000.

5 Arendt, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 1997, p. 125.

6 *Idem*. *A vida do espírito. O pensar, o querer, o julgar*. Trad. Antônio Abranches e outros. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2000, p. 12.

7 Benjamin, Walter. "Sobre o conceito de história". In: *Obras escolhidas I. Magia e técnica, arte e política*. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 225.

8 Arendt, Hannah. *Origens do totalitarismo*. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 522.

9 *Idem*. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 1997, p. 139.

- 10 *Idem. A dignidade da política*. Antônio Abranches (org.). Trad. Helena Martins e outros. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993, p. 51.
- 11 Benjamin, Walter. "Sobre o conceito de história". In: *Obras escolhidas I. Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 229.
- 12 Arendt, Hannah. *A dignidade da política*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993, p. 50.
- 13 Cf. Derrida, Jacques. *Foi et savoir: suivi de Le siècle et le pardon*. Paris: Seuil, 1999.
- 14 Arendt, Hannah. *A vida do espírito. O pensar, o querer, o julgar*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2000, p. 158.
- 15 Cf. Benjamin, Walter. "O narrador". In: *Obras escolhidas I, Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1986, pp. 197-221.
- 16 Cf. livro organizado por Barbara Cassin e outros, com artigos e boa síntese de trabalhos sobre o tema. *Vérité, réconciliation, réparation*. Paris: Seuil, 2004.